

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) contratou ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) a execução do Estudo da ‘Dimensão Territorial do PPA’¹, recém concluído, que apresenta resultados e propostas para uma abordagem original do território como elemento estratégico para subsidiar o Plano Plurianual (PPA) e o planejamento governamental de longo prazo. No Estudo, o território é considerado instrumento central, como um guia capaz de orientar uma ação pública coordenada e de ajudar a superar as graves iniquidades econômicas e sociais do País, solucionando entraves ao desenvolvimento nacional.

Oito módulos estruturaram formalmente o Estudo, envolvendo atividades e produtos complementares e articulados entre si. O Módulo 1 (Marco Inicial) definiu as bases conceituais e metodológicas do Estudo, bem como apresentou o detalhamento dos outros sete módulos, com a descrição das atividades, produtos, cronograma físico-financeiro e estrutura de gestão.

O Módulo 2 (Visão Estratégica) construiu uma visão estratégica para o País no horizonte de 2027, em que o território assume papel central. O Módulo 3 (Regiões de Referência) apresentou uma proposta de regionalização, em duas escalas (macrorregional e sub-regional), para

¹ O título oficial do Projeto é “Estudo para Subsidiar a Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no Plano Plurianual PPA 2008-2011 e no Planejamento Governamental de Longo Prazo”.

o território brasileiro. O Módulo 4 (Estudos Prospectivos Setoriais e Temáticos Referenciados no Território) realizou análises prospectivas a respeito de setores (Transporte, Energia, Comunicações, Infra-Estrutura Hídrica, Saneamento, Habitação, Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, entre outros) e temas (Desenvolvimento Urbano, Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente, Demografia e Inovação, entre outros) que influenciam fortemente na dinâmica e na organização territorial atual e futura do País.

O Módulo 5 (Carteira de Investimentos), considerado central no Estudo, identificou um conjunto de iniciativas estratégicas, organizadas em agrupamentos territoriais (regiões de referência), compreendendo as dimensões econômica, social, ambiental e informação/conhecimento.

O Módulo 6 (Impactos da Carteira de Investimentos) estimou os impactos socioeconômicos em regiões de referências da carteira de investimento identificada anteriormente. O Módulo 7 (Avaliação da Sustentabilidade dos Agrupamentos de Projetos) empreendeu a análise de sustentabilidade da carteira de investimentos por região de referência. Finalmente, o Módulo 8 que estruturou dados georreferenciados, levando em consideração resultados dos módulos.

A crença principal do Estudo é de que o Brasil precisa contar com uma metodologia de planejamento que incorpore a dimensão territorial nos objetivos, diretrizes e ações da sociedade e do governo. O território sintetiza e espelha as múltiplas potencialidades e problemas do desenvolvimento brasileiro. Para alcançar a condição de país desenvolvido, o Brasil deve patrocinar uma maior coesão territorial e da população capaz de assegurar que o desenvolvimento encontre sua expressão numa melhor distribuição territorial, social e econômica.

Este artigo apresenta alguns dos principais resultados desse Estudo, mais diretamente associados com a construção da visão estratégica nacional de longo prazo (Módulo 2) e os critérios de regionalização propostos (Módulo 3).

2. BASES CONCEITUAIS

As referências que se destacaram na construção da Visão Estratégica, concebida no Estudo, são oriundas de documentos de planejamento prévios, tais como:

- O Plano Plurianual PPA 2004/2007, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, elemento inicial de referência;
- A Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), construída pela instância maior de representação social junto ao Poder Executivo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES);
- O Projeto Brasil 3 Tempos (BR3T), coordenado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República, orientado por referenciais estruturais e de longo prazo da economia e sociedade brasileiras;
- A Visão Estratégica Sul-Americana (VESA), articulada ao esforço da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

Todos esses documentos estabelecem orientações para o desenvolvimento nacional e servem de base para as escolhas iniciais do trabalho. Há referências indispensáveis como, por exemplo, a proposta de adoção de um modelo de consumo de massas, incorporada ao PPA 2004/2007, e a prioridade na busca da redução das desigualdades sociais e regionais, sugerida na AND, tomados como um dos fundamentos e objetivos do Estudo, respectivamente.

A estratégia de desenvolvimento parte, também, de valores que sustentam toda a construção da análise. Eles sinalizam, em larga medida, para os objetivos que se definem à frente e espelham anseios maiores da sociedade nacional. Adotou-se como referência o conjunto de valores declarados na AND proposta pelo CDES. São eles:

- Democracia;
- Liberdade;
- Equidade;
- Identidade Nacional;
- Sustentabilidade;

- Respeito à diversidade sócio-cultural; e
- Soberania

Ao lado desses valores, um conjunto de fundamentos e outro de meios complementam aspectos importantes a considerar na seleção dos objetivos do Estudo, justificando-se pela aderência ao seu objeto específico principal, o território. Toda a concepção proposta de desenvolvimento parte da consideração direta de que o território é base indispensável e decisiva para o alcance dos objetivos pretendidos. Isso realça o significado de alguns fundamentos e meios que organizam os espaços preferenciais de atuação subjacentes à visão de desenvolvimento defendida no trabalho.

Os quatro fundamentos principais representam alicerces indispensáveis da visão para a consecução do conjunto de objetivos. São eles:

- O modelo de consumo de massas, incorporado no PPA 2004/2007, ancora-se numa elevação persistente dos rendimentos e do consumo das famílias trabalhadoras, que se associam dinamicamente a investimentos em infra-estrutura física tradicional e inovação tecnológica. A auto-alimentação desses dois componentes promove um círculo virtuoso capaz de sustentar o crescimento da economia e propiciar a transformação social do país;
- O atendimento simultâneo dos princípios de equidade e eficiência, que habilita outro caminho de desenvolvimento para o País, que reduz desigualdades e aproveita potenciais inexplorados de organização social produtiva em diversas partes do território nacional;
- O papel do Estado como articulador das estratégias e promotor das iniciativas de desenvolvimento, agente indispensável para fazer frente às tendências de das identidades nacionais;
- O significado do território como elemento-guia capaz de fazer convergir as escolhas estratégicas do desenvolvimento brasileiro e de informar a solução do problema das desigualdades.

Por fim, destaca-se um conjunto de meios, enquanto elementos essenciais de intervenção no território, presentes no elenco de iniciativas que se propõe para cada um dos compartimentos territoriais apresentados. Eles são referência obrigatória para a estratégia de desenvolvimento de qualquer fração territorial e sintetizam o que é mais importante de se modificar para o alcance de outra organização territorial. São eles:

- O sistema de logística, que concorre para ampliar a acessibilidade dos agentes, insumos e mercadorias e se desdobra num conjunto expressivo de redes de infra-estrutura;
- A rede de cidades, que organiza a estrutura urbana do território e responde pelas condições para as suas conexões nacionais e internacionais;
- O sistema de ciência, tecnologia e inovação, que irradia novos padrões tecnológicos e determina o comportamento desejado das estruturas de produção e consumo;
- O padrão de oferta de bens e serviços, que estabelece o perfil sócio-produtivo e determina as bases para a interação espacial, espelhando o padrão de especialização dos territórios.

Os valores, fundamentos e meios concorrem para dar suporte e coerência ao conjunto de sete objetivos da estratégia proposta, que são:

- Superar as desigualdades sociais e regionais (condiciona os demais)²;
- Fortalecer a unidade (coesão) social e territorial;
- Promover os potenciais de desenvolvimento sustentável das regiões;
- Valorizar a inovação e a diversidade cultural e étnica da população;
- Promover o uso sustentável dos recursos naturais;

² A hierarquia entre o primeiro objetivo e os demais não nasce no Estudo, mas na Agenda Nacional de Desenvolvimento (AND), dada a idéia de um enfrentamento prioritário das desigualdades como meio fundamental de transformação do Brasil em uma nação desenvolvida.

- Apoiar a integração sul-americana;
- Apoiar a inserção competitiva autônoma no mundo globalizado.

A construção de uma visão estratégica da dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro demanda, assim, um olhar sobre o conjunto de todo o Território Nacional e também de suas relações com o continente sul-americano e o resto do mundo. Mas, para estabelecer prioridades concretas de ação pública, é necessário responder à questão sobre que lugares – e também como e com que ritmo – devem ser concertados os esforços visando o desenvolvimento nacional sustentável.

Há no mundo, hoje, uma postura inovadora na condução de políticas públicas que atribui papel central ao território na consecução de objetivos estratégicos, como aqueles listados acima. O território destaca-se não como mero palco das ações políticas, mas representando, em si mesmo, um elemento das relações sociais e econômicas globais. As tendências mundiais atuais reforçam a concepção de como o território influencia e organiza conjuntos de iniciativas de desenvolvimento.

Um ponto a realçar é o da revalorização das regiões no contexto mundial. Não mais tratadas somente como provedoras passivas de insumos ao desenvolvimento, elas são agora consideradas como estruturas sócio-espaciais ativas, possuindo a capacidade de aprender (“*learning regions*”) e de ajustar-se aos ditames dinâmicos da competição global.

Em outras palavras, a concepção estratégica para o desenvolvimento territorial identifica os elementos essenciais de distinção e articulação do território no horizonte de planejamento de 20 anos (2007-2027) considerado no Estudo. Isso inclui a definição de unidades territoriais de referência para as ações, a almejada organização territorial a ser construída e, por fim, as prováveis trajetórias de evolução dos diversos compartimentos territoriais, possibilitando definir iniciativas de intervenção para a construção de um futuro desejado de país.

Os critérios adotados no Estudo para a apresentação de uma nova proposta de regionalização para o país, com tal propósito, partem de fundamentos teóricos e metodológicos que permitem compatibilizar as principais formas e critérios de leitura atual do território e de sua

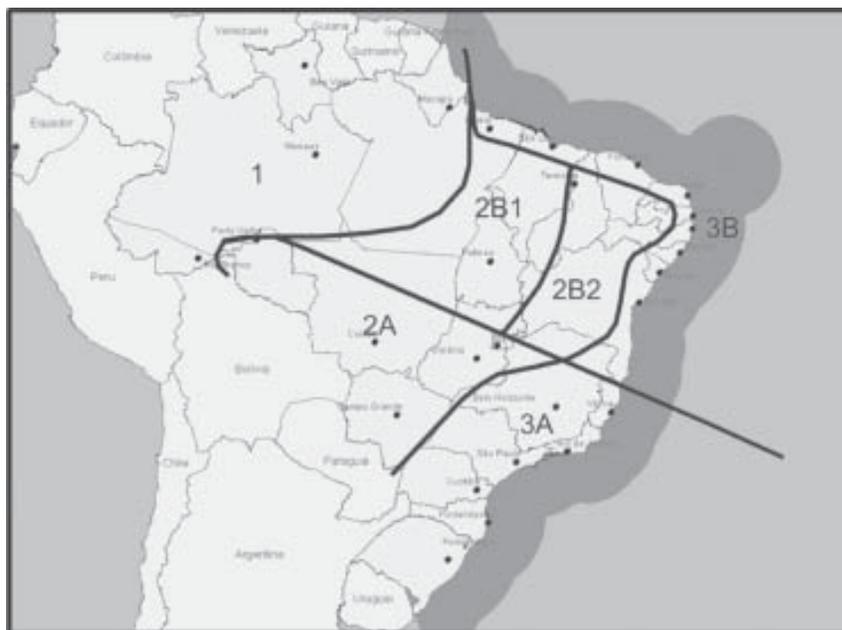
repartição. Para isto, são considerados, por um lado, os aspectos de homogeneidade natural, econômica e social e, por outro lado, os elementos de estruturação e comando do território. O recorte territorial a partir dos fundamentos e critérios de homogeneidade permite ver as grandes diferenças de paisagem e dos níveis de desenvolvimento econômico e social no país. Complementarmente, os critérios de polarização permitem identificar as forças que comandam e estruturam o território. Esses elementos são a rede de cidades ou aglomerações urbanas, seu conteúdo material e imaterial e a sua infra-estrutura de acessibilidade, os quais são refletidos pela força polarizadora das cidades ou aglomerações urbanas.

3. RESULTADOS

A estratégia territorial de desenvolvimento sustentável para o país tem como ponto de partida a proposição de três escalas geográficas de referência para a análise: territórios da estratégia, macrorregiões e sub-regiões. As duas últimas escalas comportam a representação direta do campo de ação da carteira de investimentos, referência para a identificação dos elementos relevantes da agenda macro ou sub-regional. Essa concepção multi-escalar do território compreende uma síntese de processos históricos, políticos, econômicos, sociais e ambientais que se consolidaram na configuração atual observada do País. Pode-se distinguir nela também os diversos Brasis, frações combinadas do Território Nacional, mas que guardam suas próprias especificidades.

Na primeira escala, as ações estão orientadas por fatos, escolhas ou diretivas de planejamento associados a seis grandes territórios estratégicos, concebidos no âmbito do Módulo 2 do Estudo (ver Mapa 1). Esses territórios essenciais na construção da concepção estratégica provêm do cruzamento de uma diagonal que marca a diferença entre duas frações do território (norte e sul), revelada em praticamente todas as variáveis socioeconômicas relevantes, com três anéis que destacam o bioma da Floresta Amazônica (1), a zona central (2b1) e o Semi-Árido (2b2), as porções litorâneas norte e sul (3b e 3a) e a zona oeste (2a). Cada anel relaciona-se, no geral, com padrões distintos de densidade demográfica e, juntos, sugerem graus diferenciados de antropização dos territórios, realçando formas distintas de articulação das respectivas estratégias aos objetivos estabelecidos.

Mapa 1. Territórios da estratégia



Os seis territórios, que não são regiões propriamente ditas, compreendem elementos de homogeneidade/heterogeneidade de organização do espaço brasileiro. As grandes áreas estratégicas da configuração territorial do país devem naturalmente ser complementadas com a nova regionalização que se propõe para o planejamento territorial brasileiro³, fortalecendo as respostas multiescalares para as orientações estratégicas estabelecidas no Estudo (Mapa 2). Eles habilitam um diálogo com as duas outras escalas regionais de referência (macro e sub regiões), concebidas no Módulo 3, que orientam as iniciativas de investimentos⁴ sugeridos no Estudo.

A segunda escala proposta, macrorregional, permite definir a linha de comando das ações, concebida a partir de grandes núcleos urbanos consolidados que orientam o planejamento na dimensão regional. A identificação de 11 macrorregiões considera a prevalência de 15 macropólos que, apresentando níveis de consolidação e mesmo de grandeza diferenciados, comandam a atual organização territorial (Mapa

³ Concebida no Módulo 3 – Regiões de referência.

⁴ A carteira de investimentos foi concebida no Módulo 5 do Estudo.

2). Alguns deles são inquestionáveis pólos urbanos organizadores de seus espaços de influência, enquanto outros, propostos como novos macropólos, são passíveis de ações complementares para, de fato, exercerem o papel descentralizador que lhes é atribuído neste Estudo.

As 11 macrorregiões foram, então, assim denominadas de acordo com a polaridade dos seguintes macro-pólos:

1. Rio de Janeiro
2. Belo Horizonte
3. Fortaleza
4. Manaus
5. Recife
6. Salvador
7. São Paulo
8. Belém e São Luiz (bi-polaridade)
9. Brasília e Goiânia (bi-polaridade)
10. Porto Alegre e Curitiba (bi-polaridade)
11. Campo Grande e Cuiabá (bi-polaridade)

A terceira e última escala, sub-regional, aproxima o raio da ação pública de um conjunto de municípios que conformam uma rede de relações sociais e econômicas, capitaneadas por alguns núcleos urbanos de menor ordem de grandeza. A identificação de 118 centros polarizadores⁵, com suas áreas de influência, ganham maior relevância e

⁵ Na macrorregião Belém-São Luís, as sub-regiões de: Abaetetuba, Altamira, Araguaína, Balsas, Belém, Imperatriz, Macapá, Marabá, Marajó, Oiapoque, Santa Luzia, São Félix do Xingu e São Luís. Na macro de Manaus: Alto Solimões, Boa Vista, Cabeça do Cachorro, Cruzeiro do Sul, Itacoatiara, Itaituba, Lábrea, Manaus, Rio Branco, Rorainópolis, Santarém e Tefé. Na macro de Fortaleza: Caxias, Ceará Meridional, Floriano-Uruçui, Fortaleza, Jaguaribe, Mossoró, Picos, Quixadá, Sobral, Sudoeste Potiguar, Teresina. Na macro de Recife: Arapiraca, Arcoverde, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa, Maceió, Natal, Patos, Recife, Seridó e Sertão Alagoano. Na macro de Salvador: Aracaju, Feira de Santana, Ilhéus-Porto Seguro, Irecê, Paulo Afonso, Petrolina-Juazeiro, Salvador, Sertão Sergipano e Vitória da Conquista. Na Macro Brasil Ocidental: Alta Floresta, Campo Grande, Cuiabá, Dourados, Ji-Paraná, Pantanal, Porto Velho, Rondonópolis, Sinop e Vilhena. Na macro Brasil Central: Barra do Garça, Barreiras, Brasília, Goiânia, Palmas, Rio Verde, São Felix do Araguaia e Uberlândia. Na macro Belo Horizonte: Barbacena, Belo Horizonte, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Montes Claros e Teófilo Otoni. Na macro Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes, Juiz de Fora, Norte Capixaba, Rio de Janeiro,

autonomia metodológica, facilitando a aproximação aos nexos estratégicos mais gerais de interpretação do território. Reforçar os nexos da hierarquia urbana interna em seu papel de organizadora do território é objetivo declarado do Estudo, que caminha na direção de ampliar a unidade e coesão social e territorial do país.

Os diferentes aspectos metodológicos que organizam os seis territórios vis-à-vis as 11 regiões de referência à escala macro justificam uma mediação necessária da escala sub-regional, que constitui passagem obrigatória para que um diálogo se estabeleça entre ambas. Como consequência, a escala sub-regional constitui caminho obrigatório de tradução de toda a orientação estratégica com as demais escalas de referência do Estudo, emprestando um sentido “de baixo para cima” à montagem da concepção do território, que aproxima as agendas de investimentos das forças sociais relevantes em âmbito local e regional.

Mapa 2. Territórios da estratégia, macrorregiões e sub-regiões



Vitória e Volta Redonda. Na macro São Paulo: Araçatuba, Bauru, Campinas, Itapetininga, Marília, Pouso Alegre, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba e Varginha. Na macro Sul: Bagé-Uruguaiana, Blumenau, Cascavel, Caxias do Sul, Chapecó, Curitiba, Florianópolis, Guarapuava, Joinville, Lages, Londrina, Maringá, Passo Fundo, Pelotas, Ponta Grossa, Porto Alegre, Santa Maria e Tubarão.

A concepção estratégica territorial de um país mais coeso e menos desigual, nos próximos 20 anos, ganha expressão concreta na estratégia-síntese de construção de um Brasil policêntrico e na identificação de iniciativas e ações de desenvolvimento territorial. Essa concepção deve fornecer previsões sobre a evolução territorial, aqui considerada por meio dos vários exercícios realizados no Estudo⁶.

Assim, o Brasil do futuro suporta dois pressupostos para a organização territorial: (1) a construção de um país policêntrico, e (2) os vetores de desenvolvimento territorial definidos para cada um dos seis territórios da estratégia. A construção de um Brasil policêntrico abrange uma proposta de nova configuração do território, que remete às escolhas dos núcleos urbanos capazes de atrair as forças sociais na direção de uma maior interiorização e equalização do desenvolvimento nacional. Esses núcleos herdam maiores responsabilidades na condução das estratégias.

Os vetores de desenvolvimento, como detalhamento dos meios de intervenção no território, orientam as ações compatíveis com características específicas regionais que devem ser levadas em consideração na formulação dos projetos ou blocos de investimento das carteiras. Eles mantêm conexão estreita com as regiões de referência que organizam o comando das frações específicas do território e interagem, no início do horizonte de planejamento, com os planos de desenvolvimento regionais (Plano Amazônia Sustentável, Planos Estratégicos de Desenvolvimento do Centro-Oeste e do Nordeste e de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido) e os planos de governos estaduais estabelecidos para os próximos anos.

A proposição de 22 subpólos que conformam sub-regiões estratégicas para a ação, leva em consideração a hierarquia de núcleos de segunda ordem, a localização geográfica e o potencial produtivo das várias sub-regiões. A representação dessas escolhas nos territórios estratégicos e nas macrorregiões está contida no Mapa 3. Evitou-se selecionar subpólos na área Sul-Sudeste, por razões ligadas ao seu maior desenvolvimento e a capacidade mais ampla e estruturada da sua rede de cidades, à exceção de três subpólos que têm o objetivo de facilitar a integração com os países limítrofes do Cone Sul.

⁶ Fornecidos no Módulo 2 – Visão estratégica nacional, mas especialmente tratados nos Módulos 6 e 7, por meio de estimativas de impactos da carteira de investimentos por região de referência.

Assim, foram escolhidos os seguintes agrupamentos para a construção de uma rede de cidades mais policêntrica, a partir das conclusões do Módulo 3 do Estudo:

- Bioma da Floresta Amazônica: Boa Vista, Macapá, Rio Branco e Santarém (nível sub-regional), Itaituba (nível local), Cruzeiro do Sul e Tabatinga (nível geopolítico);
- Litoral Norte-Nordeste: Belém e São Luís (nível macrorregional);
- Centro-Norte: Palmas (nível macrorregional), Marabá, Imperatriz, Araguaína, e Barreiras (nível sub-regional).
- Semi-Árido: Petrolina-Juazeiro, Crajubá (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), Montes Claros, Teófilo Otoni e Vitória da Conquista (nível sub-regional), Eliseu Martins e Souza (nível local);
- Centro-Oeste: Cuiabá, Porto Velho, Campo Grande e Uberlândia (nível macrorregional), Sinop (nível sub-regional);
- Sul-Sudeste: Cascavel, Chapecó e Santa Maria (nível sub-regional).



Observe-se que os novos macropólos propostos (pontos verdes) tendem a se situar na área centro-ocidental do país (Palmas, Cuiabá, Campo Grande, Uberlândia, Porto Velho, Belém e São Luiz), como forma de reforçá-la, contrabalançando a influência daqueles centros considerados já consolidados (pontos vermelhos), predominantemente situados na parte mais oriental ou litorânea do país.

Não são escolhidos novos macropólos no território litoral Sul-Sudeste, já fortemente consolidado por meio de seus grandes núcleos Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. O mesmo ocorre, por razões distintas, nos territórios Bioma Amazônico e Semi-Árido. No primeiro caso, por conta da necessidade de conter uma maior antropização da floresta e, no segundo caso, pelo fato de constituir uma área em que os macropólos predominantes estão situados fora, no litoral.

Ao mesmo tempo, as escolhas dos subpólos (pontos azuis, azuis claros e rosas) privilegiam o interior ou fortalecem as áreas mais próximas às fronteiras com os países vizinhos sul-americanos. Neste particular, encontram-se as cidades de Santa Maria, Chapecó e Cascavel (no território sul-sudeste, mais especificamente na macrorregião Extremo Sul), Rio Branco, Boa Vista e Macapá (no território Bioma Amazônico, compreendendo as macrorregiões de Manaus e Belém-São Luiz); em complemento, no Bioma Amazônico, com as aglomerações geopolíticas de Cruzeiro do Sul e Tabatinga.

A articulação entre os territórios estratégicos, as macrorregiões, as subregiões e os novos pólos escolhidos cumpre, assim, importante papel na organização territorial das estratégias e ações, consubstanciadas nos vetores de desenvolvimento, que orientam as forças e os meios que estruturam o território. Cada território da estratégia demanda vetores específicos, que compreendem as principais referências de orientação das ações de desenvolvimento e informam as carteiras de investimento, nas regiões de referências.

O Estudo da “Dimensão Territorial do PPA”, portanto, coloca o território como expressão maior de um planejamento de longo prazo capaz de promover em nosso País, de grandes contrastes e desigualdades regionais, sociais e econômicas, uma substantiva reversão de valores e

um refinamento de estratégias. O território e tudo aquilo que ele articula e engendra econômica, social, ambiental e politicamente é, em particular, uma das chaves essenciais para que se possa organizar uma resposta eficaz ao problema da construção de uma estratégia socialmente inclusiva e integradora de desenvolvimento.

Resumo

O artigo “Brasil Policêntrico e Planejamento Territorial de Longo Prazo” apresenta alguns dos principais resultados do Estudo para Subsidiar a Abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e no Planejamento de Longo Prazo, contratado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ao CGEE, mais diretamente associados à construção da visão estratégica nacional de longo prazo e os critérios de regionalização propostos.

No Estudo, o território é considerado instrumento central; um guia capaz de orientar uma ação pública coordenada, ajudando a solucionar entraves ao desenvolvimento nacional. Os critérios adotados no estudo, para fins de planejamento, partem de fundamentos teóricos e metodológicos que permitem compatibilizar as principais leituras atuais do território e de sua repartição. Para isso, são considerados, por um lado, os aspectos de homogeneidade natural, econômica e social e; por outro, os elementos de polarização e de comando do território.

Palavras-chave

Visão estratégica territorial. Regionalização. Territórios de estratégia. Macro e sub-regiões de referência. Regiões de planejamento. Núcleos urbanos estratégicos.

Abstract

The article “The Polycentric Brazil and Long-Term Territorial Planning” presents the main results of the Study for Subsidiating the Territorial Dimension Approach for National Development in the Pluriannual Plan (PPA) 2008-2011 and in the Long-Term Planning, developed by CGEE to the Ministry of Planning, Budget and Management associated with the construction of a national strategic vision and the proposition of criteria for creating national sub regions. In the

study, the territory is considered as a central instrument for orienting coordinated public action, thus contributing to national development. For planning purposes, the criteria adopted in the study are based on theoretical and methodological concepts that compatibilize the main current views of the territory and its distribution. Therefore, aspects of natural, economic and social homogeneity are considered, as well as elements of polarization and control of the territory.

Keywords

Territorial strategic. Regionalization. Strategic region. Regions of reference. Planning regions. Strategic urban centers.

O Autor

CONSTANTINO CRONEMBERGER MENDES é economista e mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/Pimes), e doutor em economia pela Universidade de Brasília (UnB). Funcionário de carreira do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), atualmente é coordenador de projetos na área de desenvolvimento regional do CGEE. E-mail: cmendes@cgee.org.br

